trilhante

Estrutura da peça: Ação anulatória de auto de infração de trânsito (Tutela de Urgência Antecipada Incidental)

Fundamento nos arts. 294 a 302 do CPC/2015.

1. **Endereçamento:** Exmo. Sr. Dr. Juiz da ____ Vara da Comarca Cível de ____
2. **Qualificação do autor:** nomes, prenomes, estado civil, existência de união estável, profissão, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, endereço eletrônico, domicílio e residência do autor.

> Atenção: CPF/CNPJ, RG e endereço eletrônico são inovações do CPC/2015.

3. **Nome da ação:** Ação anulatória de auto de infração de trânsito.

> Atenção: alguns autores defendem que ações não têm nome.

4. **Identificação do réu:** nomes, prenomes, estado civil, existência de união estável, profissão, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, endereço eletrônico, domicílio e residência do réu.
5. **Fatos:** descrição dos fatos (datas e ocorrências) e demonstração do vício do auto de infração.
6. **Do Direito:** motivos do ordenamento jurídico que justificam a anulação.
    1. Incluir subtópico de **Antecipação dos Efeitos da Tutela**. Não precisa ficar no começo da petição como preliminar. É necessário:
        1. Fazer referência ao processo administrativo, anexar cópia do auto e fornecer detalhes. Explicar direito afetado e pretendido.
        2. Motivar urgência (direito de dirigir suspenso) e requerer tutela antecipada, com relação à tutela final.
        3. Demonstrar probabilidade do direito e perigo na demora.
        4. Demonstrar ausência de perigo de irreversibilidade (basta continuar o procedimento administrativo).
7. **Do Pedido:** primeiro tópico deve ser tutela, de modo liminar (*interdita altera pars*).
8. **Valor da causa**
9. **Pedir deferimento**
10. **Nome do advogado e nº da OAB**

Estrutura da peça: Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de repetição de indébito, indenização por danos morais e tutela antecipada incidental

Fundamento nos arts. 294 a 302 do CPC/2015.

1. **Endereçamento:** Exmo. Sr. Dr. Juiz da ____ Vara da Comarca Cível de ____
2. **Qualificação:** nomes, prenomes, estado civil, existência de união estável, profissão, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, endereço eletrônico, domicílio e residência do autor.
3. **Nome da ação:** Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de repetição de indébito, indenização de danos morais e tutela antecipada incidental.
4. **Identificação do réu:** nomes, prenomes, estado civil, existência de união estável, profissão, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, endereço eletrônico, domicílio e residência do réu.
5. **Fatos:** descrição dos fatos, como a ausência de contratação, da qual decorreu a inexistência de qualquer dívida e o motivo para negativação.
6. **Do Direito:**
    1. **Falha na prestação do serviço** (constatação de contratação inexistente).
    2. **Declaração de inexistência de débito.**
    3. **Cancelamento da negativação** (direito de cancelamento, por ausência de fato gerador).
    4. **Indenização por danos morais** (defesa do cabimento dos danos morais pela negativação indevida).
    5. **Antecipação dos efeitos da tutela:** a dica é colocar como último tópico, pois todo o resto já foi demonstrado. É necessário demonstrar todos os requisitos:
        1. Demonstrar probabilidade do direito (não contratação).
        2. Demonstrar perigo na demora (justificar por que a empresa precisa logo do acesso ao crédito/retirar nome do SPC).
        3. Demonstrar ausência de perigo de irreversibilidade (basta declarar existência do débito e reinserir nome no SPC, se necessário).
7. **Do Pedido:** primeiro tópico deve ser o pedido de concessão da tutela pretendida, de modo liminar (*interdita altera pars*), já que há urgência.
8. **Valor da causa**
9. **Pede deferimento**
10. **Nome do advogado e nº da OAB**